

APRESENTAÇÃO

Valdemir Pires*

Este número de *Temas de Administração Pública* discute o **Orçamento Participativo**. O que esta modalidade inovadora de gestão de recursos públicos controlados por governos locais foi, é e poderá vir a ser (se é que tem futuro), suscita, ainda, no Brasil – onde se iniciou – e no mundo, um volume considerável de especulação teórica e de experimentação político-administrativa. É verdade que hoje não desperta mais tantas paixões, como em seus primeiros momentos, nos anos 1980-90. Mas é também fato que segue chamando a atenção de governos reformadores/inovadores, de organizações não-governamentais interessadas em maior protagonismo cidadão e/ou transparência no uso dos recursos públicos, de organismos multilaterais voltados a assuntos fiscais e de estudiosos de diversas áreas do conhecimento aplicado à gestão pública e às instituições e relações políticas, dentro e fora do ambiente acadêmico.

Os quatro artigos aqui reunidos, de autoria de membros do *Grupo de Pesquisa sobre Controle Social do Gasto Público*, do Departamento de Administração Pública, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara), têm, no conjunto, objetivo bastante modesto: acrescentar novas reflexões ao que já se produziu até aqui, a partir da observação crítico-criativa da experiência brasileira, em geral (artigo de Valdemir Pires); de uma experiência local específica no Brasil – Araraquara, 2001-2008 (artigo de Elielson Carneiro da Silva); de duas experiências locais específicas da Espanha – Albacete e Segóvia (artigo de Ignacio Martín Granados e Carmen Pineda Nebot); e do caso pioneiro e internacionalmente reconhecido e premiado de Porto Alegre (artigo de Daniela Theuer Linke).

Apesar de terem sido concebidos independentemente, em condições e contextos diferentes, os quatro artigos se complementam de forma até surpreendente, trazendo à tona informações empíricas valiosas, como registros históricos (4 dos 5 autores participaram diretamente de experiências de Orçamento Participativo) e apresentando questionamentos e hipóteses relevantes para chamar a atenção sobre aspectos das práticas de orçamentação participativa que precisam ser melhor compreendidos, em benefício do conhecimento científico e das futuras práticas. Se esta avaliação, suspeita por ter sido formulada por um entusiasta (cauteloso) do Orçamento Participativo, se aproxima ou se distancia da realidade constituída pelos artigos, cabe ao leitor verificar, sem que, de propósito, lhe seja dado o benefício, nesta apresentação, de uma síntese de cada um.

* Organizador deste número da revista *Temas de Administração Pública*, Coordenador do *Grupo de Pesquisa sobre Controle Social do Gasto Público* – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Departamento de Administração Pública. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – vapires@terra.com.br.